

GRANDE ESTRATÉGIA E PODER NAVAL: OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA NA REGIÃO DA ÁSIA-PACÍFICO NO INÍCIO DO SÉCULO XXI.

Flavio Rocha Oliveira ¹

RESUMO

Esse trabalho investiga a implementação da Grande Estratégia dos EUA na Ásia-Pacífico. O foco recairá sobre os aspectos políticos (avaliação-decisão-ação) do componente estratégico mais evidente: a redistribuição da esquadra estadunidense na área, sinalizando as intenções de Washington em se posicionar frente à dinâmica de mudanças nessa região. A análise se concentrará no governo Obama, no período 2009-2016, que lançou a ideia do *American Pivot* no Pacífico. Serão discutidos dois aspectos centrais na ação do governo norte-americano: 1) a problemática da segurança nacional/internacional frente à ascensão chinesa, especialmente em relação ao investimento que esse país tem feito em seu dispositivo naval; 2) a preocupação com o potencial desestabilizador de uma corrida armamentista na área, especialmente levando-se em conta a maneira como o governo americano tem observado a resposta que países como Japão e Índia têm dado em relação às intenções chinesas. Será discutido, também, como os EUA têm privilegiado o componente naval de sua grande estratégia no sentido de garantir um dispositivo militar de segurança que atenda a seus interesses geopolíticos dentro de um arco de alianças na região do Pacífico, e que tem Japão, Austrália e Coreia do Sul como os parceiros principais.

Palavras-chave: Grande Estratégia. EUA. China. Geopolítica. Poder Naval.

¹ Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), São Paulo (SP), Brasil. E-mail: flaviorocha1@gmail.com

INTRODUÇÃO

Nas Relações Internacionais contemporâneas, há duas situações fortemente interdependentes: a ascensão da região da Ásia Pacífico, e especialmente da China, como um centro dinâmico do poder mundial, e as decisões e ações tomadas pelos Estados Unidos no sentido de preservar a sua posição hegemônica no cenário global.

Os dois processos estão fortemente intercalados, e afetam algumas das principais dimensões da política mundial, a saber: as relações estratégico-militares, diplomáticas e econômicas. Apesar das discordâncias acerca das melhores ferramentas teóricas para estudar esse fenômeno, há uma questão comum partilhada por observadores, analistas e pesquisadores da área: o desejo dos sucessivos governos estadunidenses em manter a primazia do país encontra dificuldades e desafios crescentes no sentido de se adaptar a velocidade das mudanças por parte de rivais, e, mesmo, aliados e parceiros na região do Pacífico.

O monitoramento do crescimento da China e o choque entre as necessidades e aspirações geopolíticas desse país e de estados como o Japão, a Índia e os diversos governos situados no Mar da China Meridional, têm exigido uma alteração das posturas políticas de Washington. De líder de uma coalizão de nações capitalistas avançadas cujo centro de preocupações estava na Europa, os EUA se veem obrigados e concentram recursos de poder em escala crescente no Oceano Pacífico. Isso leva a um deslocamento de prioridades de modo a maximizar o peso internacional americano na região, numa espécie de malabarismo político – afinal, os problemas na Europa Oriental e no Oriente Médio recrudesceram nessas primeiras décadas do século XXI, e não podem ser abandonados por conta do que acontece no extremo asiático pelo simples fato de que os Estados Unidos desempenham um papel único na estabilização dessas regiões.

Para lidar com essa mudança histórica, os EUA executam o chamado Pivot para a Ásia. Durante seu primeiro mandato presidencial (2009 -2013), o presidente Barack Obama explicita essa opção, por meio de declarações suas e da então Secretária de Relações Exteriores, Hillary Clinton. (CLINTON: 2011; CAMPBELL, 2016: 27-28). Tendo herdado duas situações complicadas do governo de George W. Bush (2001-2009), a ocupação militar do Afeganistão e do Iraque e a crise econômica de 2008, Obama tem que governar num contexto no qual a China cresce

aceleradamente e há uma percepção global de que os EUA estão perdendo as condições materiais e a capacidade política de exercer a hegemonia nos assuntos internacionais.

Para implementar o Pivot, ou rebalance, na direção do Pacífico, o governo Obama tem que levar em consideração as dificuldades materiais agravadas pela crise econômica e o dreno de atenção e capacidade estratégico-diplomática representado pelo foco na chamada Guerra ao Terror. Nesse sentido, é necessário o emprego de uma Grande Estratégia que permita o uso das principais variáveis do poder nacional estadunidense. O objetivo é uma implementação maximizadora das principais variáveis do poderio dos EUA, de modo a demonstrar credibilidade para os mais poderosos atores estatais da região da Ásia-Pacífico ao mesmo tempo em que são enfrentados os problemas econômicos internos e é assegurado aos aliados na Europa e no Oriente Médio que Washington não irá se retirar precipitadamente dessas áreas.

Essas variáveis estão distribuídas ao longo das três dimensões já citadas: diplomática, estratégico-militar e econômica. No presente artigo, será dada a ênfase à dimensão estratégico-militar, mas em torno do componente naval.

Isso se explica por três razões históricas:

— a centralidade das forças navais na defesa dos interesses dos EUA desde o século XIX²;

— O fato de que o poder naval está sendo rivalizado justamente na Ásia Pacífico, e compreende não só a existência de países vistos como rivais (China e Rússia), mas que vê a modernização e expansão das frotas de países aliados ou, no mínimo, parceiros (casos de Austrália, Japão, Coréia do Sul e Índia).

O artigo será dividido em quatro seções. A primeira delas discutirá o conceito de *grande estratégia*, e como ele tem sido usado para explicar a política externa – e, por extensão, a política de segurança – dos EUA após a Guerra Fria. O objetivo é seguir uma ideia esboçada por Colin Gray quando estuda os problemas da política e da guerra nas Relações Internacionais: “*enxergar a floresta, e não as árvores*”. Na segunda seção, será apresentado o *American Pivot*, com uma discussão do momento em que ele foi publicamente assumido (governo Obama) e dos fatores estruturais

² Os EUA são centrais no desenvolvimento das noções mais contemporâneas do uso do mar como elemento de poder econômico e político nas relações internacionais, como exemplificam os escritos de Alfred T. Mahan, na passagem do século XIX para o XX.

que apontavam para a sua execução já a partir do governo Bush (2001-2009). Na terceira seção, será abordado o elemento naval do American Pivot, e porque a manutenção do controle do mar na região do Pacífico se tornou central para a política externa de Washington. Finalmente, serão apresentadas algumas conclusões e possibilidades de pesquisas futuras.

Como a ideia basilar é estudar a Grande Estratégia dos EUA, optou-se, nos limites deste artigo, por concentrar a discussão nas relações desse país com os atores estatais da região da Ásia-Pacífico. Feita essa observação, a presença e influência – importante, diga-se de passagem - de atores não-estatais será considerada (caso dos grupos privados na área de tecnologia, por exemplo, ou do terrorismo como ameaça securitária), mas não serão objeto de uma abordagem mais articulada aqui.

A GRANDE ESTRATÉGIA DOS EUA APÓS O FINAL DA GUERRA FRIA

Grande Estratégia – O Conceito

É possível a discussão de fenômenos das Relações Internacionais com o emprego do conceito de *grande estratégia*. Há um uso generalizado e intercambiável desse termo para explicar as relações diplomáticas dos Estados em épocas de paz, de guerras ou durante intervenções militares. De maneira similar, também se emprega essa ideia para explicar a atuação de corporações transnacionais ou a violência por parte de organizações terroristas. O uso é abrangente, e merece ser discutido para articular melhor a sua definição e aplicação.

John Gaddis defende uma definição ampla, dirigida para aqueles que têm uma compreensão mais *generalista* e erudita dos fatores envolvendo a política internacional.

Baseado nos estudos que fez sobre a Guerra Fria, defende uma visão não tão especializada, capaz de articular os diferentes elementos históricos e contextuais em jogo. Para ele, a grande estratégia diz respeito ao relacionamento calculado entre os meios disponíveis e os fins amplos, cabendo o emprego de todos os meios possíveis para alcançar objetivos politicamente estabelecidos (GADDIS, 2009).

Segundo Sayle (2011), o uso moderno desse termo tem sua origem nos trabalhos de Liddel Hart, que concebia a grande estratégia dentro de um modelo top-down, ou seja, hierarquicamente estabelecido pelos tomadores de decisão na esfera do Estado. A grande estratégia seria

inicialmente empregada para coordenar e dirigir todos os recursos de uma nação, ou grupo de nações, na direção do objetivo político da guerra. Essa compreensão é fortemente marcada pela experiência britânica na I Guerra Mundial. Sayle observa, corretamente, que o principal inconveniente dessa noção é que ela é fechada em um contexto de guerra total, sendo de pouquíssima utilidade para explicar situações em que o conflito bélico direto não existe ou é de baixíssima intensidade. Sayle (2011), então, apresenta a definição proposta por Luttwark

All states have a grand strategy, whether they know it or not. That is inevitable because grand strategy is simply the level at which knowledge and persuasion, or in modern terms, intelligence and diplomacy, interact with military strength to determine outcomes in a world of other states with their own “grand strategies.

Essa definição não estaria restrita ao “mundo da guerra”, e poderia ser empregada numa série de situações nas quais os Estados operam.

Todavia, Sayle avança em aspectos que vão além de uma conceituação puramente operacional de grande estratégia. Para ele, devem ser levados em conta nessa definição os elementos de crença presentes em determinados contextos e determinadas sociedades. Assim, burocratas e políticos com poder de decisão não fariam apenas cálculos racionais. Esses decisores seriam influenciados pelas experiências bem sucedidas, pelos fracassos e por preconceitos existentes em sociedades e governos. As avaliações e decisões feitas por esses atores individuais teriam uma historicidade, referente a políticas anteriormente tomadas e implementadas, juntamente com eventos mais imediatos e contemporâneos. Em resumo, fatores ideacionais teriam o seu papel na execução e na compreensão do conceito de grande estratégia.

Levando em consideração os fatores materiais e ideacionais, bem como a política dos Estados em épocas de guerra e paz, Peter Layton conceitua a grande estratégia do seguinte modo:

Grand Strategy is concerned with assembling the manpower, money and material necessary to build and sustain the means needed. Depending on the grand strategy, these resources can be accessed domestically or internationally, from private or government sources, or in some complex combination. Importantly, a grand strategy must also build the legitimacy and soft power necessary to be implemented successfully (LAYTON, 2011: 58).

O autor menciona as fontes privadas (*private sources*), além das governamentais, ou um arranjo entre elas. Ter isso em mente é extremamente importante no atual contexto das Relações Internacionais, especialmente quando se considera o papel dos grupos privados no estabelecimento de políticas governamentais estadunidenses, como é o caso da tecnologia cibernética, e que impacta a política doméstica, a diplomacia e a defesa – e, por extensão, a grande estratégia.

Essa definição também incorpora os elementos da política doméstica no conceito. Mas há, ainda, um outro componente que Layton apresenta: “*Grand Strategy tries to shape the future in a certain sequence into a preferred construct that displays the desired orderliness and stability. (...) grand strategy is about taking a planned series of successive actions to create a preferred world at some future time*”(LAYTON, 2011: 59).

Dessa maneira, o conceito de grande estratégia incorpora um cálculo racional *relacionando meios e fins*, está inserido na discussão e implementação da política estatal, leva em consideração *fatores ideacionais* (ou ideológicos) e *materiais*, coloca em evidência a *política doméstica no interior dos estados* ao mesmo tempo em que parte dos acontecimentos que ocorrem no *ambiente internacional*, reconhece a possibilidade do *recurso a atores privados* e do seu *uso combinado* com a ação dos atores estatais e, como coroamento, leva em consideração a necessidade e o desejo de moldar o futuro de acordo com as preferências dos atores envolvidos³.

³ Deve-se levar em conta, também, o potencial de competição em torno de diferentes grandes estratégias apresentadas por diferentes atores. Por exemplo, o elemento concorrencial presente entre uma grande estratégia dos EUA e outra, da China, na região do Pacífico. Ver MAHNKEN, Thomas G. *Competitive Strategies for the 21st Century. Theory, History, and Practice*. Stanford, Stanford University Press, 2012.

A GRANDE ESTRATÉGIA DOS EUA NA DÉCADA DE 1990.

Durante a Guerra Fria, o ponto de partida da grande estratégia dos EUA pode ser encontrado, de maneira simbólica, no artigo escrito por George Kennan para a revista *Foreign Affairs* e cujo título era *The Sources of Soviet Conduct* (Kennan: 1947). A partir de uma interpretação do que ele chamava de uma “mentalidade de cerco” e “um temor histórico” em relação aos povos ocidentais, e que tinham suas origens na Rússia Imperial do século XVIII, o autor sustentava a ideia de que a União Soviética sob Stalin tentaria expandir a sua esfera de influência contra os interesses dos Estados Unidos. A resposta apropriada do governo americano seria a execução de uma política de contenção global das aspirações e agressividades soviéticas, de modo a impor custos crescentes às ambições geopolíticas da URSS.

A partir dessa ideia, líderes e estrategistas americanos trataram de implementar uma nova dinâmica na construção da política externa dos EUA. Foram forjadas alianças militares globais, patrocinando a criação de instituições diplomáticas e econômicas de alcance mundial e, no limite, cerceando qualquer tentativa mais nacionalista de autonomização de países do Terceiro Mundo. A diplomacia executada por Henry Kissinger entre 1969-1977 é tida como um exemplo dessa visão.

Após o fim da Guerra Fria, Barry Posen e Andrew Ross defenderam a ideia de que *quatro modelos de grande estratégia* estavam em competição na determinação da política externa americana (POSEN & ROSS, 2000: 3-7): *neo-isolacionismo, engajamento seletivo, segurança cooperativa e primazia*⁴. Observando a situação internacional a partir da metade da década de 1990, os autores consideraram que o colapso soviético abrisse um período singular na história das relações internacionais: os EUA estavam na posição inédita de única superpotência existente, sendo poderosos nos aspectos econômico, militar e diplomático, e sem nenhum rival no horizonte temporal mais próximo.

Tal situação criava um problema na questão da construção de uma política de Estado que substituísse a Doutrina da Contenção. Suri sintetiza bem esse problema, ao dizer que a implementação de uma grande estratégia norte-americana foi complicada pelo fato de que os EUA, nos anos 90, não mais enfrentavam um adversário claro que combinasse poder político, capacidade econômica, força militar e uma ideologia rival. (SURI: 2009).

⁴ No original: “They maybe termed neo-isolationism; selective engagement; cooperative security; and primacy (...)”

Posen e Ross descrevem da seguinte maneira essas grandes estratégias:

— *Neo-isolacionismo*: a menos ambiciosa das opções. Nessa visão, o internacionalismo seria visto como algo contraprodutivo. O envolvimento em complexas e custosas alianças militares havia perdido razão de ser com o fim da URSS, e a recusa a encarar essa realidade levava a um excesso de compromissos e gastos com a manutenção de uma projeção militar que interessava mais aos aliados do que aos próprios EUA. A proposta final seria um desengajamento global e uma readequação das forças de defesa para que servissem, exclusivamente, para proteger os Estados Unidos.

— *Engajamento Seletivo*: Essa grande estratégia buscaria assegurar a paz entre potências detentoras de substanciais recursos industriais e potencial militar. Em outras palavras, buscaria manter um equilíbrio securitário entre as chamadas grandes potências. No horizonte da década de 1990, o engajamento seletivo levava em consideração que um país industrialmente forte não traduziria isso, necessariamente, em poder militar, como eram vistos os casos do Japão e da Alemanha recém-unificada. A presença engajada dos EUA no cenário internacional ocorreria de modo a assegurar a segurança, corrigindo a propensão histórica da ocorrência de guerras entre elas (Japão e China na Ásia, por exemplo).

— *Segurança Cooperativa*: a característica mais forte dessa grande estratégia é a aceitação da ideia de que há ganhos indivisíveis na existência da paz. Os EUA devem expandir a sua concepção de interesse nacional na direção de um entendimento de que é vital, para a sua segurança, a existência de um estado de paz mundial. A partir de uma concepção liberal das relações internacionais, a segurança cooperativa vê a maioria das grandes potências existentes naquele momento como democracias liberais, que prefeririam a diplomacia à guerra.

— *Primazia*: essa grande estratégia apoia-se numa concepção central: *somente a preponderância dos EUA garante a paz no cenário internacional*. Dito de outra maneira, é a hegemonia real dos Estados Unidos, exercida nos seus aspectos *hard* (capacidade bélica, economia) e *soft* (ideologia, cultura etc.), que pode garantir uma situação de equilíbrio e constrangimento da violência no plano internacional. Uma aliança militar como a OTAN só manteve a paz porque o desequilíbrio de poder entre os seus membros favorecia, enormemente, os EUA. Num rascunho de um documento oficial que foi obtido pelo NYT, o *Defense Planning Guidance*, e feito durante o governo Bush Sr, as regiões do mundo mais prováveis de

produzir potências rivais seriam a Europa Ocidental, o extremo da Ásia, os territórios da antiga URSS e o sudeste, da Ásia⁵. Assim, nenhum arranjo capaz de gerar uma aliança militar anti-americana deveria ser permitido.

Ao término do artigo, Posen e Ross concluem que a estratégia adotada pelo governo americano, sob a administração Clinton, foi o que eles chamaram de Primazia Seletiva (*mas cooperativa*)⁶. Tendo por base o *National Security Strategy of Engagement* de 1996⁷, os autores argumentam que o tom do documento mistura a linguagem da segurança cooperativa, do engajamento seletivo e da primazia. A retórica alterna as ideias da segurança cooperativa com uma concepção ampliada do interesse nacional, sintetizadas no *engagement and enlargement*: os EUA deveriam se engajar nos assuntos mundiais de modo a aumentar a comunidade dos países que aceitassem o liberalismo em sua forma política – democracia liberal – e em sua forma econômica – economia de mercado. O neo-isolacionismo é explicitamente rejeitado, dados os inconvenientes que ele acarretaria para os interesses americanos, e há uma ênfase nas capacidades militares únicas dos Estados Unidos. Finalmente, há, repetidas vezes, a menção de que os EUA devem exercer a sua liderança, em condições multilaterais e unilaterais, o que ambos os pesquisadores interpretam como uma inclinação em direção a primazia.

A partir da discussão de Posen e Ross, pode-se analisar a grande estratégia norte-americana em relação a Ásia-Pacífico na forma do chamado Pivot. A formalização conceitual de Posen e Ross será a base da definição de grande estratégia aqui empregada, mas outros autores que analisam a política externa e o envolvimento estadunidense em problemas estratégico-militares serão também considerados.

O AMERICAN PIVOT NA DIREÇÃO DA ÁSIA PACÍFICO

A partir de 2009, com a posse de Barack Obama, duas realidades se impunham aos EUA e, direta ou indiretamente, ao resto do mundo: a crise econômica, que se iniciara em 2008, e os efeitos do envolvimento prolongado no Afeganistão e no Iraque, na esteira da chamada Guerra ao Terror.

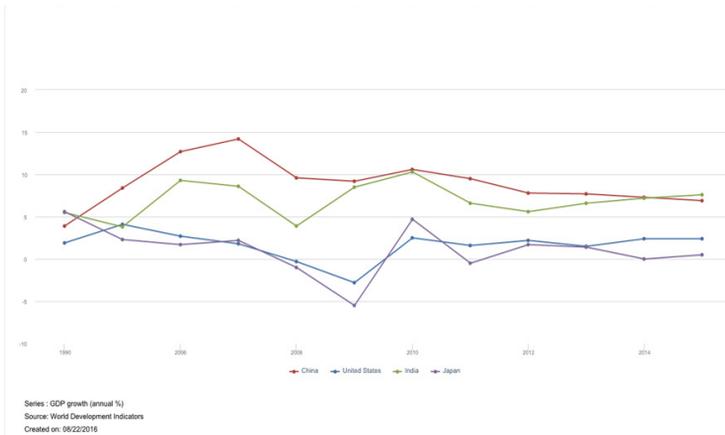
⁵ Excerpts from Pentagon's Plan: 'Prevent the Re-Emergence of a New Rival'. The New York Times, 08.03.1992. Disponível em <http://goo.gl/XLA8XL>. Acesso em 30.11.2017

⁶ No original: The Clinton Administration's Grand Strategy: Selective (but Cooperative) Primacy.

⁷ National Security Strategy of Engagement and Enlargement, 1996. Disponível em <http://history.defense.gov/Portals/70/Documents/nss/nss1996.pdf?ver=2014-06-25-121234-233>

Ao mesmo tempo em que os EUA amargavam os efeitos da crise econômica, a região da Ásia Pacífico mostrava uma alta taxa de crescimento econômico. No gráfico 1, os números de crescimento do PNB (1990-2015) de quatro países ilustram isso, a *título de comparação*⁸. É possível perceber que, em 2009, as potências capitalistas consolidadas e aliadas, Estados Unidos e Japão, tinham um PIB de -2,8% e -5,5%, respectivamente. A China apresentava um crescimento de 9,2% e a Índia, um crescimento de 8,5%. Mesmo quando os números americanos e japoneses melhoram, nos anos posteriores, as taxas chinesas e indianas continuam altas (mesmo quando declinam alternadamente).

Gráfico 1: PIB - China, EUA, Índia e Japão (1990-2015)



Fonte: Banco Mundial

Quando são comparados os gastos de defesa na Ásia-Pacífico, há uma expansão dos números de China e Índia, o que fica mais evidente quando se leva em consideração os aliados EUA-Japão. Segundo dados do SIPRI (tabelas 1 e 2 e o gráfico 2), em 2009, a China gastava 2,1% do seu PIB no setor de defesa, totalizando US\$ 105.634 bilhões, enquanto a Índia gastava 2,9%, o que correspondia a US\$ 38.722 bilhões. No mesmo período, os EUA gastaram 4,6%, equivalentes a US\$ 668.567 bilhões, e o Japão, 1%, cerca de US\$ 51.465 bilhões.

⁸ Além dos EUA, optou-se por mostrar a taxa de crescimento da China, do Japão e da Índia. Nesse conjunto de países asiáticos, temos duas das maiores economias do mundo, e os três maiores orçamentos de defesa da região.

Tabela 1 – Gastos Militares por país, como porcentagem do PIB – 1988-2015⁹.

Country	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
USA	4,2%	4,6%	4,7%	4,6%	4,2%	3,8%	3,5%	3,3%
China,P.R. ¹⁰	1,9%	2,1%	1,9%	1,9%	1,9%	1,9%	1,91%	1,9%
Japan	1,0%	1,0%	1,0%	1,0%	1,0%	1,0%	1,0%	1,0%
India	2,6%	2,9%	2,7%	2,6%	2,5%	2,4%	2,5%	2,3%

Fonte: SIPRI

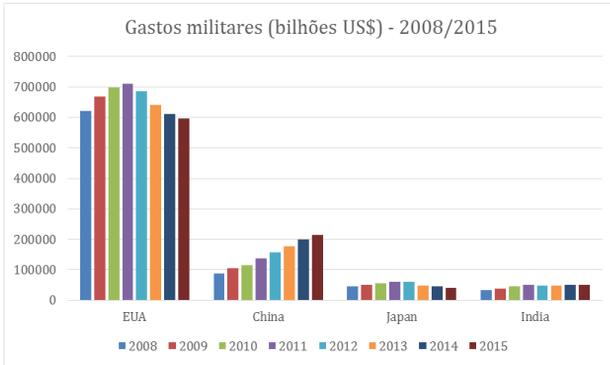
Tabela 2 – Gastos Militares por país, em dólares correntes (bilhões) – 2008/2015

Country	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
USA	621131	668567	698180	711338	684780	639704	609914	596024
China ⁹	86412	105634	115701	137967	157446	177848	199651	214787
Japan	46361	51465	54655	60762	60012	49024	45867	40885
India	33002	38722	46090	49634	47217	47404	50914	51257

Fonte: SIPRI

⁹ Segundo o SIPRI, os dados da China são uma estimativa

¹⁰ Idem



Fonte: Gráfico 2, criado pelo autor, a partir dos dados da Tabela 2

Seguindo-se a evolução das tabelas e do gráfico, temos a seguinte situação em 2015: China, 1,9%, (US\$ 214.787 bilhões), Índia, 2,3% (US\$51.257 bilhões), EUA, 3,3% (US\$ 596.024 bilhões) e Japão, 1% (US\$ 40.885 bilhões). Japão e EUA diminuem os gastos, enquanto China e Índia aumentam sensivelmente, mesmo diminuindo a porcentagem do PIB aplicado em defesa¹¹.

Os números indicavam o patamar e a velocidade de mudança em termos de importância geopolítica na região da Ásia-Pacífico, num momento em que as atenções americanas estavam travadas no Oriente Médio e na evolução lenta dos desentendimentos com a Rússia na Europa e, novamente, no Oriente Médio. Com a crise econômica, também se impõe o encolhimento do orçamento dirigido para o setor militar.

Em 2011, em artigo publicado pela revista *Foreign Policy*, a então Secretária de Estado Hillary Clinton explicita as razões da mudança:

The Asia-Pacific has become a key driver of global politics. Stretching from the Indian subcontinent to the western shores of the Americas, the region spans two oceans — the Pacific and the Indian — that are increasingly linked by shipping and strategy. It boasts almost half the world's population. It includes many of the key engines of the global economy, as well as the largest emitters of greenhouse

¹¹ SIPRI, Military Expenditure Database. Disponível em (20.11.2017) <https://www.sipri.org/databases/milex>

gases. It is home to several of our key allies and important emerging powers like China, India, and Indonesia” (CLINTON, 2011).

Posteriormente, o próprio presidente Obama também empregará outro termo, *rebalance*, para descrever, essencialmente, o mesmo conjunto de políticas¹².

Todavia, esta é apenas parte da história. Em se tratando de Estados Unidos, sempre é boa a busca por padrões de continuidade ao longo do tempo. Ainda que a declaração do American Pivot tenha respondido a uma necessidade contextual da política externa – e mesmo doméstica – dos EUA a partir de 2009, não faz muito sentido dizer que ela é uma total inovação.

Nina Silove (2016) observa que a percepção de que os EUA deveriam começar a voltar as suas atenções para a Ásia-Pacífico encontrava-se estabelecida no governo de George W. Bush. Para ela, a substância do pivot já havia sido delineada no início do século XXI. Usando o termo reorientação (*reorientation*)(que para ela incorporaria tanto os conceitos de pivot como de *rebalance* do governo Obama, assim como a preocupação existente com a Ásia durante a primeira presidência de Bush), ela defende a tese de que os principais operadores da política externa americana já estavam preparando essa “*guinada*”.

A partir de uma revisão de vários documentos-chave do governo estadunidense, bem como o acesso ao arquivo pessoal de Donald Rumsfeld, ela sustenta a ideia de que o programa de política externa original da administração Bush tinha como ponto central um mecanismo de concertação entre as grandes potências (SILOVE, 2016: 53). Numa visão de longo prazo, era necessário que se levasse em conta a possibilidade de que a concertação ocorresse simultaneamente com algum tipo de competição política. No longo prazo, a Ásia-Pacífico era a região que mais reunia as condições de ver emergir um poder que rivalizasse com os Estados Unidos.

¹² Kurt Campbell, subsecretário para a região da Ásia-Pacífico no primeiro mandato do Presidente Obama, e que ajudou a definir parte da grande estratégia, comenta que a divisão entre os termos *pivot* e *rebalance* dizia respeito às preferências institucionais de burocratas e tomadores de decisão. O Departamento de Estado preferia o primeiro termo, e o National Security Council achava mais correto o segundo. No primeiro caso, havia a ideia de que era preciso vender um ineditismo no processo, enquanto no segundo havia a necessidade de se enfatizar a presença histórica dos EUA na região, que poderia ter diminuído, mas nunca desaparecido. Como será visto no artigo, o *pivot* já estava em execução durante o governo Bush.

Segundo Silove, os documentos que foram produzidos nesse período passaram pelo crivo de Andrew Marshall, então diretor do *Office of Net Assessment* (ONA), uma espécie de think-tank encarregado da elaboração de cenários e que existe dentro da estrutura do Departamento de Defesa. Marshall e seus colaboradores *trataram de incorporar a aceleração da difusão de tecnologias na esfera da economia, e seu impacto no relacionamento entre as nações*. A conclusão a que chegaram foi de que haveria um crescimento muito rápido na região do Pacífico, o que levaria a uma modernização tecnológica do epicentro desse desenvolvimento, a China. O resultado seria uma renovação da estrutura militar chinesa, e o robustecimento da capacidade desse país em competir com os EUA na região, o que poderia gerar uma instabilidade local com repercussões mundiais.

Porém, Silove sustenta que o ataque terrorista de 11.09.2001 retirou a atenção devida a esses documentos. Não obstante, o governo Bush tratou de realizar modificações em sua postura de defesa com vistas a dirigir a atenção do país para o Pacífico. Mas, levando em consideração as fortes reações contra a invasão do Iraque, e as necessidades que o próprio governo construiu no sentido de combater o terrorismo, optou-se por não se fazer nenhum alarde acerca das intenções americanas, de modo a não criar antagonismos com a China e abrir um flanco de confronto num momento em que a presença no Oriente Médio criou uma demanda excessiva sobre os EUA¹³.

A partir da leitura do Defense Strategy Review (DSR), Silove chama a atenção para dois fatores, que se tornariam parte integrante da reorientação para a Ásia-Pacífico:

1) O crescimento da China era aceito como algo inevitável, e os EUA não deveriam empreender esforços no sentido de contê-lo. A visão do documento, partilhada pelos principais decisores do governo Bush, era que os Estados Unidos deveriam encontrar um *modus vivendi* com os chineses, e que isso poderia ser feito através do aprofundamento dos laços econômicos.

2) Apesar dessa aceitação, o fato é que o documento chamava a atenção para o aspecto militar de uma grande estratégia dos EUA na

¹³ De acordo com a autora, Marshall redigiu um esboço do documento, que foi entregue para Rumsfeld. Tratava-se do Defense Strategy Review, um documento que foi feito de forma sigilosa (classified) e que tinha sete páginas. Após os atentados de 11 de setembro, ele foi abandonado, mas suas ideias foram incorporadas no Quadrennial Defense Review, em 2001 (Disponível em <http://archive.defense.gov/pubs/qdr2001.pdf>)

direção do Pacífico. A China poderia desenvolver as capacidades para enfrentar e neutralizar a superioridade militar americana no Pacífico, criando uma tecnologia própria que pudesse anular a vantagem naval de Washington. Nesse caso, seriam as chamadas tecnologias A2/AD (Anti-Access/Anti-Denial), que poderiam representar uma ameaça a capacidade dos Estados Unidos de projetar poder no oceano Pacífico, e que poderiam ser exportadas para vários países de modo a limitar a vantagem global representada pelo controle dos oceanos pela frota americana.

Finalmente, Silove conclui que o Pivot americano para a Ásia-Pacífico deve ser entendido da seguinte forma: preservar a posição superior que o país desfruta no equilíbrio de poder na região, e que foi construída desde a II Guerra Mundial. Por meio do aprofundamento das relações com os seus principais aliados (Japão, Austrália e Nova Zelândia), do fortalecimento das parcerias com países com quem possui zonas de interesse (as nações do Mar do Sul da China, como Tailândia e Filipinas), e a busca constante de uma relação mais estratégica com a Índia, Washington espera construir um contexto que estabilize a região de acordo com os seus interesses.

Do ponto de vista da segurança, os EUA passam a privilegiar a dimensão naval do seu dispositivo de defesa.

A DIMENSÃO NAVAL DO AMERICAN PIVOT.

O PODER MARÍTIMO

O poder marítimo transcende a dimensão puramente militar. Trata-se de um conceito amplo, e que se apoia em três grandes elementos: o controle do comércio e das trocas internacionais, as operações levadas a cabo por belonaves durante uma guerra e o uso das forças navais como instrumento de diplomacia, dissuasão e influência política em época de paz (TANCREDI, 2010: 114-115).

Uma dimensão importante diz respeito ao aspecto geoeconômico desse poder. Além do comércio, as atividades de pesca e de exploração mineral no leito do mar fazem parte das capacidades marítimas de um país. Tancredi (2010) defende que a importância de uma força naval está em possibilitar o controle do uso do mar (ou negá-lo para um adversário), e em afetar eventos e situações que acontecem em terra. O desenvolvimento das tecnologias tem permitido que navios de guerra sejam capazes não só de enfrentar adversários nos oceanos, mas também permite que alvos

em terra firme, a centenas ou milhares de quilômetros das costas, sejam destruídos por mísseis de cruzeiro¹⁴. , ou, ainda, que o hackeamento de sistemas de informação possa ser feito de maneira furtiva¹⁵.

As modernas marinhas de guerra operam na superfície dos oceanos, em suas profundezas, no ar, no espaço exterior e no ciberespaço. Os conjuntos de vetores se baseiam em navios de superfície, submarinos e aviões, e atualmente os sistemas de armamentos são compostos por mísseis (anti-navio, anti-aéreo e de cruzeiro), torpedos, minas e canhões. Além das operações bélicas, vasos de guerra são usados para o bloqueio econômico-naval, para o controle e interdição dos chamados choke points e dos SLOCS¹⁶, para o combate à pirataria e para o apoio do desembarque anfíbio de soldados.

Não existiria a globalização econômica sem uma presença naval global que garantisse o uso dos oceanos por parte das diferentes nações. A riqueza econômica dos principais países e blocos não é possível sem que o controle dos mares seja feito por forças navais. Os EUA mantêm uma supremacia nos Oceanos Atlântico e Pacífico, e controlam as principais rotas e choke-points por onde passa o comércio mundial. Não seria exagero dizer que o mais evidente aspecto econômico do American Pivot durante o governo Obama, o Trans-Pacific Partnership (TPP), só poderia ser liderado pelos Estados Unidos por conta do seu poderio marítimo. Todavia, essa supremacia tem sido contestada no início do século XXI, e justamente na região do Pacífico.

A DIMENSÃO NAVAL DO AMERICAN PIVOT.

Em 2012, o Secretário de Defesa, Leon Panetta, fez uma conferência em Cingapura, durante a 11a. edição do Shangri-La Dialogue. O objetivo principal de sua fala foi apresentar, para os representantes presentes, a nova estratégia de defesa que os EUA estavam implementando. Ele enfatizou, no discurso, a intenção de Washington em desempenhar um papel maior, mais profundo e duradouro na região, de modo a contribuir

¹⁴ "Russia Fires First Submarine Missiles Against ISIS Targets in Syria", The Independent. Disponível em <http://goo.gl/EcKRWF>. Acesso em 08.02.2018

¹⁵ "America uses stealthy submarines to hack other countries systems", The Washington Post, disponível em <https://goo.gl/NOqFws> (Acesso em 08.02.2018)

¹⁶ Sea Lane of Communications. Um exemplo de choke-point, no Pacífico, é o estreito de Malaca, na Indonésia, por onde passa a maior parte do petróleo do Golfo Pérsico que abastece a China.

com a prosperidade e a manutenção da segurança, e como o dispositivo militar na região seria ajustado de modo a apoiar a reorientação da política externa americana. (PANETTA, 2012: 1).

O que chama a atenção no documento é a apresentação da postura de defesa que os EUA planejam adotar durante as próximas décadas¹⁷. Segundo ele, por volta de 2020, a marinha pretende reposicionar seu efetivo de modo a manter 60% de suas forças estacionadas e operando a partir do Pacífico, deixando os 40% restantes operando a partir do Atlântico. O mesmo acontecerá com a Força Aérea, que terá 60% do seu efetivo realocado para a região. Tal reposicionamento acontecerá mesmo com a redução orçamentária que já estava em vigor nos Estados Unidos. (PANETTA, 2012: 4).

O elemento naval¹⁸ assume, no rebalance, uma posição privilegiada. Isso pode ser explicado por alguns fatores. O primeiro, diz respeito a importância histórica do poder marítimo para os Estados Unidos; o segundo, porque a atuação na Ásia-Pacífico demanda um tipo de organização militar diferente do que foi empregada a partir de 2001 no Afeganistão e no Iraque, e que privilegiou forças terrestres; e, finalmente, o fato de que está havendo um crescimento acelerado das esquadras militares na região do Pacífico, e que é protagonizado principalmente pela China.

Mearsheimer (2010), por exemplo, em um artigo dirigido para um público australiano, defendeu a ideia de que a China poderia buscar uma hegemonia regional na Ásia-Pacífico, ou, pelo menos, no Pacífico Ocidental, criando as condições navais para expelir os Estados Unidos da região (MEARSHEIMER, 2010: 387-390). Nesse sentido, ela imitaria, segundo ele, o comportamento dos EUA nas Américas, quando estes se organizaram de modo a expulsar as potências europeias do hemisfério ocidental na

¹⁷ O conceito de postura de defesa (no original, defense posture, e, no âmbito desse artigo, US Global Defense Posture) diz respeito a localização e orientação operacional das forças militares estadunidenses. Ela implica no posicionamento estratégico de pessoas, equipamentos e bases dentro e fora do território dos EUA. Do ponto de vista do exercício da hegemonia, ele tem uma característica de posicionamento geopolítico, uma vez que a presença de forças militares é dimensionada para a atuação rápida em regiões geograficamente distantes da massa continental americana. Uma visão em perspectiva histórica da postura de defesa dos Estados Unidos pode ser encontrada em PETTYJOHN, S.L. U.S. Global Defense Posture, 1783–2011. Santa Monica, Rand Corporation, 2012. Disponível em http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/monographs/2012/RAND_MG1244.pdf (Acesso em 15.01.2018).

¹⁸ É necessário que se tenha em mente que o elemento naval é preponderante, e diz respeito a principal força organizadora na região, que é a marinha. Mas, como já exposto no começo da seção, o poder marítimo tem uma dimensão aérea indispensável.

passagem do século XIX para o século XX. A imitação ocorreria, também, pelo fato de que a China poderia desenvolver as capacidades tecnológicas para enfrentamento naval, mas não precisaria recorrer necessariamente à guerra, e, sim, criar as condições geopolíticas para que diferentes estados no Pacífico fossem aceitando a primazia chinesa em detrimento da americana.

Blumenthal (2012) vê uma competição estratégica de longa duração em curso na Ásia-Pacífico, e enfatiza que ela está se tornando mais evidente justamente no aspecto naval¹⁹. (BLUMENTHAL, 2012: 168-171). A China deverá empregar recursos crescentes em termos de modernização que levarão à construção de uma marinha de águas azuis, que será desenvolvida para defender prioritariamente as linhas marítimas por onde se desenvolve o comércio chinês. Num primeiro momento, será buscado o controle do Mar da China Meridional, do Mar Amarelo e do Mar da China Oriental. Num segundo momento, toda a atividade das forças navais americanas seria excluída da Zona de Exclusividade Econômica da China.

A China tem uma marinha de guerra inferior a americana. Todavia, a modernização tecnológica se dá em torno dos principais sistemas de armamentos, e de seu devido suporte logístico e de comunicações. O desenvolvimento de mísseis, satélites e submarinos é feito de modo a enfatizar as capacidades de Anti-Access/Anti-Denial, A2/AD. Conceitualmente falando, o A2/AD é uma atualização de uma concepção que não é inédita em termos da guerra no mar. A novidade se dá por conta da ênfase no componente tecnológico. O Anti-Access é definido como o conjunto de ações que dificulta o movimento de determinadas forças militares para um teatro de operações. O Anti-Denial afeta as manobras dentro de um teatro de operações – parte-se do pressuposto que não foi possível impedir o acesso de forças invasoras a uma determinada região, e o passo lógico é dificultar ao máximo que elas consigam se movimentar e operar livremente do ponto de vista do combate no interior da área conflagrada²⁰.

¹⁹ Ligado ao governo Bush, Blumenthal é um crítico da maneira como o governo Obama declara e implementa a reposição em relação a Ásia. Segundo ele, há um aspecto de propaganda política que minimizava o fato de que os EUA nunca se ausentaram, efetivamente, do Pacífico.

²⁰ Ver Air Sea Battle. Service Collaboration to address Anti-Access & Area-Denial Challenges. Pg. 2. Disponível em <http://archive.defense.gov/pubs/ASB-ConceptImplementation-Summary-May-2013.pdf> (Acesso em 15.01.2018)

Qual a preocupação que começa a ficar evidente entre os estrategistas americanos? Uma China mais assertiva, e que desenvolve rapidamente os meios para contestar a superioridade naval dos EUA, pode provocar um desequilíbrio na região da Ásia-Pacífico, e pode reduzir ou anular a primazia estadunidense na região. Isso pode acontecer de uma maneira mais direta (o uso diplomático da força naval, ou, no limite, seu uso bélico), ou indireta: provocando uma corrida entre vários países da região no sentido de se protegerem da China. Japão, Austrália, Vietnã e Índia (esta última não se encontra no Pacífico, mas está estrategicamente posicionada no Índico e com um histórico de conflitos com os chineses) empreendem uma modernização naval que responde a esse novo contexto geopolítico, e que pode colocar em cheque a primazia dos Estados Unidos área, algo que teria repercussões globais.

A resposta naval dos EUA – novamente, o elemento estratégico-militar mais evidente do reposicionamento em relação a Ásia Pacífico – se dá em ondas crescentes. No embrião, há o desenvolvimento do conceito de Air Sea Battle (ASB), que ocorre paralelamente às declarações de Obama, Clinton e Panetta explicitando o American Pivot. A ideia central é o aprimoramento de uma capacidade integrada, em rede, de ataques em profundidade contra forças adversárias. Esses ataques devem provocar a destruição física e a ruptura ou desarticulação das comunicações de um grupo adversário, especialmente com o uso de recursos cibernéticos (no caso, derrotar as capacidades de anti-access num primeiro momento, e as capacidades de anti-denial numa segunda etapa). O conceito é uma resposta direta a ameaça de A2/AD, e tem implicações regionais e globais, uma vez que ele começa a ser implementado para manter a projeção de poder naval estadunidense em todos os teatros de operações imagináveis. Todavia, ele provoca um foco no treinamento para a operação na área do Pacífico, em termos de preparação e de reposicionamento da postura global estadunidense (SILOVE, 2016: 69-74).

Para demonstrar a execução da reorientação, a autora explica o início do reposicionamento naval da seguinte maneira (SILOVE, 2016: 67-69):

1) Na revisão da postura global dos EUA, o Departamento de Defesa decidiu pela expansão da base da força aérea em Guam, nas Filipinas, para que pudesse acomodar uma força de reação rápida composta de caças interceptadores, aviões de bombardeio, aviões de reabastecimento, instrumentos de reconhecimento eletrônico e interceptação e um

destacamento de drones do modelo Global Hawk. O reposicionamento desse material já está em curso, tendo começado em 2004;

2) Entre 2009 e 2014, quatro submarinos nucleares de ataque foram reposicionados para Guam, e, junto a outros vasos de guerra do mesmo tipo que já operam na região, 60% dos submersíveis americanos já estão disponíveis no Pacífico. Eles são da variedade SSN e SSGN, submarinos atômicos de propósito geral e com capacidade de lançamento de mísseis de cruzeiro.

3) Quatro navios de combate litorâneos (LCS, na designação oficial dos EUA) foram realocados para Cingapura e, desde 2010, há um porta-aviões adicional no Pacífico.

Ainda segundo Silove, o engajamento dos EUA com seus aliados e parceiros no Pacífico acontece do seguinte modo:

1) Reforço das ligações bilaterais e das operações conjuntas com os principais aliados, com destaque para Japão, Austrália e Filipinas;

2) Encorajamento para que os aliados e parceiros desenvolvam parcerias e cooperem de modo a manter uma interoperabilidade entre os seus dispositivos militares.

O enfoque nas ligações bilaterais e o estímulo às ligações entre parceiros e aliados obedece a lógica realista do external balancing. Nesse caso, trazendo um conjunto de países que tem como objetivo equilibrar a ascensão chinesa, os EUA podem ter acesso aos recursos combinados de vários parceiros, diminuindo os seus próprios custos e mantendo os chineses numa posição de inferioridade naval. Politicamente, é construída uma estrutura de segurança composta por uma rede federada de países que tem interesses comuns no Pacífico. Historicamente, trata-se do abandono da ultrapassada concepção de defesa da Guerra Fria, na qual os Estados Unidos eram o centro das alianças e todos os parceiros se comunicavam prioritariamente com eles, num modelo que pode ser exemplificado pela imagem de raios de uma bicicleta construídos para dependerem de um eixo central. Finalmente, fortalecendo esses relacionamentos, é feita uma demonstração de que as habilidades chinesas de enfraquecer essas nações não aumentarão ao longo do tempo.

Ainda dentro do aspecto naval do Pivot, é interessante observar que os EUA têm liderado o maior exercício de guerra naval do mundo nos últimos anos, e que acontece justamente no Pacífico. Trata-se do

RIMPAC, *Rim of the Pacific Exercise*, e participam dele 26 nações. A maioria delas é do Pacífico, mas não necessariamente da Ásia, caso, por exemplo, do Chile e dos próprios Estados Unidos. Nos últimos anos, há uma participação crescente de países que não pertencem ao Pacífico, como a Itália e a Alemanha. Em 2016, a China foi oficialmente convidada a participar do exercício, e respondeu positivamente, o que faz parte da lógica do uso diplomático das frotas militares em época de paz.

O fato de que os Estados Unidos têm liderado o RIMPAC e tem convidado vários atores que não são da Ásia-Pacífico pode estar de acordo com uma ideia defendida por Kurt Campbell: os EUA, no processo do exercício do Pivot, devem integrar outros aliados e parceiros, como, por exemplo, os países europeus da OTAN.

Ao fazer isso, eles sinalizam que, em sua grande estratégia global, não pretendem abandonar os compromissos existentes em prol de uma exclusiva atenção na direção do Pacífico e, também, potencializam novamente sua posição, trazendo outras forças que estão interessadas na estabilidade da região (CAMPBELL, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou discutir o American Pivot em direção a Ásia-Pacífico, a partir da compreensão conceitual da grande estratégia empregada pelos Estados Unidos da América nesse processo. O foco recaiu sobre o elemento naval dada a sua importância estratégica no planejamento estadunidense para a região.

Algumas conclusões, parciais, e que podem orientar outras pesquisas e estudos sobre o problema, se apresentam ao final desse texto.

Em primeiro lugar, há o fato de que os EUA aceitam, dentro de certos parâmetros, a ascensão da China e veem como inevitável o deslocamento de poder político, econômico e militar para a região da Ásia-Pacífico. Não obstante, pretendem utilizar a sua posição de hegemonia no cenário internacional para participar e, até certo ponto, manter a sua posição de primazia.

Em segundo lugar, a ação americana é feita no sentido de não antagonizar a China, mas, ao mesmo tempo, manter uma capacidade de resposta articulada em caso de uma deterioração das relações na região. Para isso, reforça a aliança tradicional com Japão e Austrália, e busca atrair para o seu dispositivo diplomático a Índia.

Na literatura examinada, bem como nos documentos analisados, emerge a ideia de que os EUA estão numa competição estratégica com a China. Todavia, as evidências existentes não apontam para uma contenção no estilo do que foi feito com a URSS ou, mais recentemente, com o Irã. Ou seja, não há, até o presente momento, uma grande estratégia operada no sentido de isolar a China no sistema internacional, mesmo porque as consequências econômicas seriam altas para uma série de aliados dos EUA em todos os continentes, e mesmo para os próprios estadunidenses.

Deve-se levar em consideração que há uma literatura mais pessimista, ainda que não necessariamente fatalista, que vê a colisão entre os EUA e a China como algo inevitável, e que leva em consideração que isso já pode estar acontecendo indiretamente envolvendo Beijing e países aliados e parceiros, como é o caso do Japão, das Filipinas e do Vietnã. Essa visão de mundo provavelmente expressa a posição de setores dentro da academia e do governo americano, e é condizente com uma das discussões apresentadas acerca do significado do conceito de grande estratégia: há um componente de cálculo racional, uma avaliação sobre o cenário externo, uma consideração sobre a situação interna de um país e os valores, preconceitos e influência da experiência histórica que afetam a visão de mundo dos tomadores de decisão.

Mesmo levando-se em conta o argumento de que não há uma doutrina da contenção sendo executada contra a China nesse momento, o fato é que há um cerco sendo construído em torno desse país, e que conta com o apoio engajado de uma potência econômica como o Japão, de países estrategicamente bem situados como o Vietnã ou a Austrália, e que busca agregar a Índia, a outra candidata a grande potência no futuro. Tal cerco busca, no mínimo, conseguir algum tipo de controle e moderação sobre o comportamento geopolítico de Beijing, algo que é difícil, senão impossível, de se prever²¹.

Em terceiro lugar, foi feita uma análise centrada na questão naval. Este é recurso de poder clássico por parte dos EUA – e no qual esse país foi pioneiro em termos de formulação de concepções estratégicas e ideológicas, bem como no desenvolvimento de doutrinas operacionais (centralidade dos porta-aviões a partir da II Guerra e a doutrina ASB, mais recente). Deve-se ter em mente que ao componente marítimo, os Estados Unidos agregam o setor aeroespacial. Nos últimos anos, tem vindo surgido notícias sobre avanços chineses no sentido de construir armas anti-satélite,

²¹ Tradução literal do autor do termo original em inglês, encirclement.

implementar o próprio programa espacial e em desenvolver os caças de quinta geração e toda uma família de mísseis de cruzeiro e hipersônicos projetados para neutralizar a superioridade numérica e qualitativa dos navios aeródromos norte-americanos.

Finalmente, e não menos importante: a grande estratégia dos EUA no Pacífico leva em consideração a modernização e ampliação dos arsenais navais dos países aliados como Austrália e Japão, e de um país parceiro que é amplamente cortejado, a Índia. Se tais países não sentirem que os EUA manterão seus compromissos de defesa e segurança na Ásia Pacífico, fica aberta a possibilidade para que eles implementem, isoladamente ou em acordos regionais, a expansão de suas esquadras e do seu setor aeroespacial.

Nesse caso, Washington teria que se preocupar não só com o crescimento das forças chinesas, mas também com o fortalecimento das forças militares de seus aliados. O Japão, por exemplo, poderia usar o seu domínio tecnológico nos setores da eletrônica, computação, física nuclear, robótica, veículos lançadores de satélites e engenharia naval e construir submarinos nucleares dotados de mísseis balísticos portadores de ogivas nucleares. Estaria aberta a possibilidade de uma corrida armamentista num setor em que o domínio dos EUA era visto, até pouco tempo, como algo que não poderia ser contestado. Isso contribuiria para enfraquecer a posição dos Estados Unidos na Ásia e no Pacífico e teria repercussões sentidas em outros oceanos e continentes.

GRAND STRATEGY AND NAVAL POWER: THE UNITED STATES OF AMERICA IN THE ASIA PACIFIC REGION AT THE BEGINNING OF THE 21ST CENTURY

ABSTRACT

The article investigates the implementation of the US Grand Strategy in Asia-Pacific. The focus will be on the political aspects (evaluation-decision-action) of the most obvious strategic component: the redistribution of the US fleet in the area, signaling Washington's intentions to position itself in the face of the dynamics of changes in that region. The analysis will focus on Obama administration, in the period comprised between 2009 and 2016, which launched the idea of the American Pivot in the Pacific. Two central aspects of US government policy will be discussed: 1) the issue of national / international security in the face of the Chinese rise, especially related to the budget investment that China has made in its naval forces; 2) the great American concern about the destabilizing potential of an arms race in the area, considering the way that US government has watched the response that countries like Japan and India have given in relation to Chinese intentions. It will also be discussed how the US has privileged the naval component of its grand strategy to secure a military security situation that serves its geopolitical interests within a coalition alliance in the Pacific region and which includes Japan, Australia, and South Korea as its main partners.

Key Words: Grand Strategy. USA. China. Geopolitics. Naval Power

REFERÊNCIAS

Baylis, J., Wirtz, J. J., & Gray, C. S. *Strategy in the Contemporary World: An Introduction to Strategic Studies* (3 edition). New York, Oxford University Press, 2010

BLUMENTHAL, Dan. "The Power Projection Balance in Asia". Pp. 168-183. In MAHNKEN, Thomas G. *Competitive Strategies for the 21st Century. Theory, History, and Practice*. Stanford, Stanford University Press, 2012.

CAMPBELL, Kurt M. *The Pivot. The Future of American Statecraft in Asia*. New York, Hachete Group, 2016.

CLINTON, Hillary. "America Pacific Century". *Foreign Policy*, November 2011. Disponível em <http://goo.gl/DssNmU> Acesso em 21.12.2017.

GADDIS, John. "What is Grand Strategy?". Aula, Duke University, 2008. Disponível em http://tiss-nc.org/wp-content/uploads/2015/01/KEYNOTE_Gaddis50thAniv2009.pdf, Acesso em 01.10.2017.

KAGAN, Robert. "U.S. Can't Ignore the Middle East". *Washington Post*, 20.11.2012. Disponível em <https://goo.gl/iKt0WD>, acesso em 02.08.2017.

KENNAN, George. "The Sources of Soviet Conduct". *Foreign Affairs* Volume 25, No. 4 (1947), Pp 566-582. Disponível em <https://goo.gl/KxEbVY>, acesso em 22.01.18.

LAYTON, Peter. "The Idea of Grand Strategy". *The RUSI Journal*, Volume 157, 2012 – Issue 5, <http://dx.doi.org/10.1080/03071847.2012.714193>, disponível em https://www.academia.edu/1868269/The_Idea_of_Grand_Strategy. Acesso em 17.11.2017.

MAHNKEN, Thomas G. *Competitive Strategies for the 21st Century. Theory, History, and Practice*. Stanford, Stanford University Press, 2012.

MEARSHEIMER, John J. "The Gathering Storm: China's

Challenge to US Power in Asia." *The Chinese Journal of International Politics*, Vol. 3, 2010,(381-396) doi:10.1093/cjip/poq016

PANETTA, Leon. "The US Rebalance Towards the Asia-Pacific," *Shangri-*

-La Dialogue, Cingapura, 02.06.2012. Disponível em <https://goo.gl/qXW2ft>. Acesso em 17.10.17

POSEN, Barry R. & ROSS, Andrew L. "Competing Visions for U.S. Grand Strategy". In BROWN, M., COTÉ JR., O., LYNN-JONES, S.M. & MILLER, S.E. *America's Strategic Choices: Revised Edition (An International Security Reader)*. Cambridge, MIT Press, 2000.

SAYLE, Timothy Andrew. "Defining and Teaching Grand Strategy", Foreign Policy Research Institute, 15.01.2011. Disponível em <http://goo.gl/ij1A1u>, acesso em 15.11.2017.

SILOVE, N. (2016). "The Pivot before the Pivot: U.S. Strategy to Preserve the Power Balance in Asia". *International Security*, Vol 40, No. 04, 2016. Pp. 45-88. http://doi.org/10.1162/ISEC_a_00238

SURI, J. (2009). "American Grand Strategy from the Cold War's End to 9/11". *Orbis*, 53(4), 611-627. <http://doi.org/10.1016/j.orbis.2009.07.005>. Disponível em <http://jeremisuri.net/doc/2009/03/orbis-article-fall-2009.pdf>. Acesso em 30.11.2017

TANGREDI, Sam M. "Sea Power: Theory and Practice", pp. 113-137. In Baylis, J., Wirtz, J. J., & Gray, C. S. *Strategy in the Contemporary World: An Introduction to Strategic Studies* (3 edition). New York, Oxford University Press, 2010

Recebido em: 03/04/2018

Aprovado em: 03/09/2018